

Uma análise preliminar das eleições de 2009*

Luís de Brito

O processo eleitoral de 2009 merece atenção por várias razões. Em primeiro lugar, porque decorreu num ambiente particularmente polémico devido a decisões controversas tomadas pela CNE¹; em segundo lugar, porque, como tinha acontecido nas eleições de 2004, mais de metade dos eleitores não votou; em terceiro lugar porque, a administração eleitoral continua a demonstrar uma actuação parcial; e, finalmente, porque estabeleceu a hegemonia total da Frelimo na cena política moçambicana, confirmando ao mesmo tempo a decadência eleitoral da Renamo e o surgimento de uma terceira força, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

Um eleitorado ausente

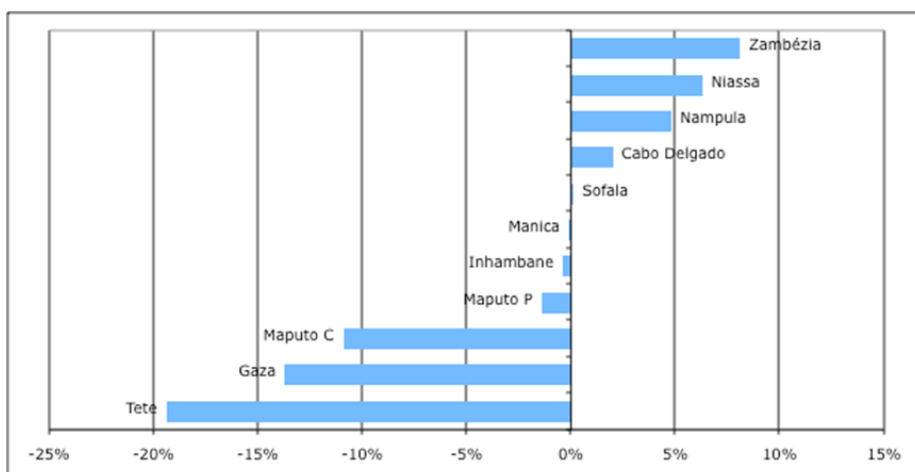
Tal como em 2004, nestas eleições, apesar dos grandes esforços de mobilização do eleitorado e de uma campanha eleitoral que, pelo menos da parte da Frelimo, mobilizou recursos enormes, a abstenção oficial será à volta de 56%². Embora a vitória da Frelimo tenha sido particularmente expressiva, o alto nível de abstenção registado diminui a legitimidade popular do governo. Independentemente das razões particulares de cada eleitor abstencionista, um nível tão alto de desafectação em relação ao voto como o que se regista desde 2004 deve ser entendido como resultante, numa parte considerável, de um sistema político e, especialmente, de um sistema eleitoral que não favorece a livre expressão das preferências dos cidadãos e a sua participação na definição

da orientação política do país. Considerando a distribuição da abstenção pelos círculos eleitorais, pode-se observar no gráfico A que o padrão já anteriormente identificado se repete, com abstenção acima da média nacional (56,3%) em províncias que historicamente eram mais favoráveis à oposição e abstenção abaixo da média nacional nas zonas de grande apoio histórico ao partido no poder.³

cumprimento da legislação eleitoral, constata-se que, apesar de um bom desempenho do STAE no que diz respeito à organização logística da votação e à rapidez e transparência das operações de contagem, continua a registar-se um problema de parcialidade na actuação de muitos agentes eleitorais.

Independentemente das razões de fundo da abstenção, há que registar a existência

Gráfico A – Desvio da abstenção em relação à média nacional (%)



Um outro aspecto interessante que pode ser considerado como uma indicação da insatisfação dos eleitores é o crescimento dos votos brancos e nulos em relação às eleições de 2004. Como se pode ver na tabela 1, houve quase uma duplicação dos votos brancos e nulos a nível nacional.

Uma administração eleitoral parcial

Para além da avaliação que se possa fazer sobre o desempenho da CNE, particularmente em relação ao

de indicações de uma parte da alta participação constatada nalgumas regiões, particularmente de Tete e Gaza, ter resultado de pequenas fraudes locais. Apesar da probabilidade de haver assembleias de voto com um nível de participação superior a 95% ser quase nula, registam-se nessas zonas numerosos casos em que a participação ronda, ou atinge, os 100%, e a votação para a Frelimo e o seu candidato presidencial se situa também à volta dos 100%.

* No que diz respeito aos resultados da votação de 2009, a presente análise baseia-se em dados recolhidos pelo Observatório Eleitoral. Os dados são provenientes de uma amostra representativa nacional de 952 assembleias de voto e podem ter uma pequena margem de erro em relação aos resultados nacionais. Em relação aos números provinciais, a margem de erro é superior e são aqui usados apenas como indicativos de algumas tendências.

¹ Dada a complexidade das questões relativas à actuação da CNE e à legislação eleitoral elas serão abordadas mais tarde num outro texto.

² A abstenção real ter-se-á mantido quase idêntica à verificada em 2004, ou seja um pouco superior a 50%, pois o recenseamento eleitoral também desta vez está inflacionado, embora em menor escala, pois data de 2007 e sofreu apenas duas actualizações. As duas principais razões para esta situação são: os eleitores registados mas entretanto falecidos não são retirados dos cadernos eleitorais e, por outro lado, cada vez que há uma actualização, verificam-se duplas inscrições que não são sistematicamente eliminadas pelo STAE.

³ Deve-se notar, no entanto, que existem indicações suficientes para se atribuir uma parte dessa diferença a fraude eleitoral.

A título de exemplo, note-se que 25% das mesas de voto da amostra do Observatório Eleitoral em Tete registaram uma participação superior a 95% e, no distrito de Changara, das 5 mesas de voto observadas, nas 3 que registaram 100% de participação, o candidato da Frelimo teve 100% dos votos e nenhum dos outros candidatos teve nenhum voto, enquanto nas duas restantes, que registaram participações de 77% e 63%, o candidatos da Frelimo teve 95% e 96%, respectivamente⁴.

Ao mesmo tempo, um outro factor deve ser tomado em consideração a propósito da mais alta abstenção em províncias como a Zambézia ou Nampula. Neste caso, existem indicações de uma maior dificuldade para os eleitores exercerem o seu direito de voto: a província da Zambézia, para 18% dos eleitores registados, tem apenas 16,4% das assembleias de voto, a província de Nampula, para 18,4% dos eleitores registados, tem 17,1% das assembleias de voto, ao mesmo tempo que o número médio de eleitores por assembleia nessas províncias, respectivamente 858 e 835, é bastante superior ao existente em Gaza e, sobretudo, em Tete, respectivamente 725 e 664. A conjugação dos vários indicadores disponíveis aponta assim para uma maior distância média a percorrer por parte dos eleitores da Zambézia ou de Nampula, quando comparada com círculos eleitorais como Gaza e Tete.

É de notar que os partidos da oposição - e sobretudo a Renamo - se queixaram da qualidade das operações de recenseamento eleitoral nalgumas províncias com destaque para Nampula e Zambézia. Efectivamente, como se pode ver na tabela 2, há um certo desequilíbrio entre a população total dessas províncias, a população eleitoral recenseada e o número de mesas e locais de votação⁵

Uma vitória esmagadora da Frelimo

Do ponto de vista propriamente político, embora com a participação de menos de metade dos cidadãos eleitores, estas eleições colocaram a Frelimo numa posição de total supremacia na cena

política moçambicana⁷. Em grande parte esta situação, que pode ter efeitos negativos sobre a construção democrática do país, resulta tanto do esforço da Frelimo como da incapacidade demonstrada pela Renamo ao longo dos últimos quinze anos de se constituir e agir como um verdadeiro partido político e de assumir de forma responsável o seu papel de oposição. Depois de ter perdido todas as suas – poucas – posições de poder nos municípios nas eleições de 2008, a Renamo corre agora o risco, com uma votação inferior a 20%, de se tornar uma força política marginal, sem nenhum papel na vida política nacional.

A grande novidade destas eleições foi o surgimento de uma nova força política, o MDM, que é em grande medida uma dissidência da Renamo. Porém, em parte

devido à exclusão das suas candidaturas na maioria dos círculos eleitorais, a sua representação parlamentar será apenas simbólica, não podendo formar uma bancada (o que - pelos resultados obtidos pelo seu líder na eleição presidencial - teria acontecido se não tivesse sido excluído da corrida eleitoral em 9 dos 13 círculos eleitorais). Na verdade, o seu desempenho foi limitado ao ponto de tornar difícil a possibilidade de se tornar a curto prazo uma força de oposição forte. Isto é em grande medida o resultado da forma como a Frelimo, como partido que historicamente se confunde com o Estado, ocupa e controla o espaço político, estabelecendo uma verdadeira barreira que os seus adversários terão muita dificuldade de transpor.

Tabela 1 – Distribuição por província dos votos brancos e nulos

	Votos brancos e nulos em 2004 (%)	Votos brancos e nulos em 2009 (%)
Cabo Delgado	9,4 (5,5 + 3,9)	14,4 (10,3 + 4,1)
Gaza	4,5 (1,9 + 2,6)	6,1 (3,6 + 2,5)
Inhambane	6,3 (2,4 + 3,9)	10,5 (5,7 + 4,8)
Manica	6,0 (2,3 + 3,7)	9,5 (5,0 + 4,5)
Maputo Cidade	2,6 (0,7 + 1,9)	5,4 (3,2 + 2,2)
Maputo Província	4,4 (1,5 + 2,9)	4,9 (2,1 + 2,8)
Nampula	8,8 (4,0 + 4,8)	15,4 (10,6 + 4,8)
Niassa	7,0 (2,4 + 4,6)	10,6 (5,8 + 4,8)
Sofala	6,1 (2,4 + 3,7)	10,6 (5,4 + 5,2)
Tete	7,1 (2,0 + 5,1)	8,8 (3,2 + 5,6)
Zambézia	9,4 (4,5 + 4,9)	16,1 (11,0 + 5,1)
Nacional	6,8 (2,9 + 3,9)	11,1 (6,8 + 4,3)

Tabela 2 – Distribuição por província da população, eleitores, mesas de voto e locais de votação⁶

	População (%)	Eleitores (%)	Mesas (%)	Locais de votação (%)
Niassa	6,2	6,1	7,3	10,4
Cabo Delgado	8,9	10,6	10,3	10,9
Nampula	21,4	20,4	18,6	14,4
Manica	7,0	6,9	7,0	6,7
Tete	10,0	9,3	10,8	15,0
Zambézia	22,0	21,6	19,0	13,0
Sofala	7,3	6,9	6,6	5,0
Inhambane	7,2	7,9	8,0	9,1
Gaza	6,6	6,8	7,9	9,6
Maputo Prov.	3,5	3,6	4,6	5,9

⁴ Em Gaza, embora existam alguns casos idênticos, que parecem ser menos frequentes (10% das mesas observadas). Com efeito, o nível de participação aí observado é superior à média, mas distribui-se de forma equilibrada. Estas zonas já tinham conhecido os mesmos problemas em 2004.

⁵ Não se pode excluir a possibilidade da diferença entre a percentagem da população total e a percentagem de eleitores recenseados ser resultante, não da actuação da administração eleitoral, mas da decisão dos cidadãos de não se inscreverem nas listas eleitorais. O mesmo já é menos evidente no que se refere às diferenças observadas em termos de quantidade de mesas e locais de votação.

⁶ Para maior clareza do argumento, não foi aqui contabilizada a população de Maputo e das cidades capitais de província.

⁷ Em princípio a Frelimo disporá de uma maioria de assentos parlamentares suficiente não só para fazer aprovar qualquer lei, mas igualmente para modificar a Constituição, sem necessidade de concertação com qualquer outra força política. Paralelamente a Frelimo disporá muito provavelmente da maioria absoluta em todas as Assembleias Provinciais. Note-se que a Frelimo já controla todos os municípios, com excepção da cidade da Beira.